POVO INTERNAMENTE DIVIDIDO: PLEBE, SEITAS E PARTIDOS EM *HISTÓRIAS FLORENTINAS*[*]

José Luiz Ames
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Resumo: O lugar comum dos estudos sobre as *Istorie Fiorentine* sugere que nesta obra Maquiavel revelaria uma mudança radical em sua compreensão de povo em relação às obras anteriores. Enquanto em *O Príncipe* e em *Discursos* Maquiavel teria feito uma demarcação muito nítida em relação ao modo de agir de *grandi* e *popolo*, nas *Istorie* tanto grandes quanto povo seriam mostrados como agentes de dominação. Nosso propósito será o de avaliar até que ponto é sustentável a interpretação corrente segundo a qual em *Histórias florentinas* Maquiavel teria mostrado que: (a) o modo de agir do povo seria inconciliável com um comportamento de submissão à autoridade da lei; (b) a atuação do povo exibiria o mesmo desejo de comandar e oprimir que, em *O Príncipe* e *Discursos,* era apresentado como humor típico dos grandes; (c) estas transformações na atuação popular teriam comprometido o papel de "guardião da liberdade", em *Discursos* atribuído por Maquiavel ao povo.
Palavras-chave: Maquiavel, História de Florença, povo, seitas, plebe.

Abstract: The commonplace of the studies on the *Istorie Fiorentine* suggests that in this work Machiavelli would reveal a radical change in his understanding of people in relation to earlier works. While in *The Prince* and in *Discourses* Machiavelli would have made a very clear demarcation of the way of acting of the *grandi* and the *popolo*, in the *Istorie* both *grandi* and *popolo* would be shown as agents of domination. Our purpose will be it of valuing up to which point there is sustainable the current interpretation according to which in *Histories florentinas* Machiavelli would have shown that: (a) the way of acting of the people would be irreconcilable with a submission behavior to the authority of the law; (b) the acting of the people would show the same desire to command and oppress, that in *The Prince* and *Discourses*, was presented as the typical mood of the *grandi*; (c) these transformations in the popular acting would have compromised the role of "guardian of the freedom", in *Discourses* attributed by Machiavelli to the people.
Keywords: Machiavelli, History of Florence, people, sects, plebs.

O lugar comum dos estudos sobre as *Histórias florentinas*[1] sugere que nesta obra Maquiavel revelaria uma mudança radical em sua compreensão de

[*] O presente trabalho integra projeto de pesquisa financiado pelo CNPq com a concessão de bolsa em produtividade e, de setembro de 2017 a agosto de 2018, com bolsa de pós-doutorado na Universidade de Urbino, Itália.
[1] A obra *Istorie fiorentine*, cujo título foi traduzido ao português por "História de Florença", foi uma obra escrita por encomenda de Giulio de Médici, futuro papa Clemente X, em 1520. Narra os acontecimentos da história de Florença desde a fundação até 1492, data da morte de Lorenzo, Il Magnífico. É oferecida por Maquiavel ao papa Clemente VII em maio de 1526.

povo em relação às obras anteriores. Enquanto em *O Príncipe*[2] e em *Discursos*[3] Maquiavel teria feito uma demarcação muito nítida em relação ao modo de agir de grandes e povo – os primeiros movidos pelo desejo de comandar e oprimir o povo e este, por sua vez, caracterizado pelo desejo de não ser comandado nem oprimido pelos grandes –, as *Histórias florentinas* mostrariam, em contraste, como o florentino teria se tornado mais crítico em relação ao povo e mais elogioso aos grandes a ponto de tornar difícil distinguir entre o humor de um e de outro.[4]

A conclusão a que, em geral, os intérpretes têm chegado é de que nas *Histórias* tanto grandes quanto povo seriam mostrados como agentes de dominação, uma vez que ambos exibiriam intenções semelhantes de comandar e oprimir e, por conseguinte, ficaria arruinada a posição do povo como "guardião da liberdade", tal como é apresentada por Maquiavel nos *Discursos*[5]. Para John McCormick estas interpretações expressariam o que rotulou de "virada conservadora nas *Histórias Florentinas*", posição esta que seria compartilhada segundo o comentador até mesmo por "estudiosos que tendem a localizar as preferências políticas de Maquiavel [...] no lado democrático e não aristocrático do espectro político republicano" (McCORMICK, 2017, p.330)[6].

---

[2] Maquiavel conclui a primeira redação da obra *O Príncipe* data de 1513. Na carta de dezembro de 1513 endereçada a Francesco Vettori, Maquiavel informa que pretende oferecer a obra ao papa Giuliano de Medici. Contudo, o malogro de fazê-la chegar a ele o leva a dedicá-la ao seu sobrinho Lorenzo di Piero di Médici, então chefe político de Florença. Entre 1513 a outubro de 1516, quando foi finalmente entregue a Lorenzo de Medici, Maquiavel foi polindo e retocando seu texto, que depois desta data passou a circular na forma manuscrita até sua primeira publicação impressa em 1532 por Bernardo di Giunta.

[3] A obra *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio* foi concluída em 1517 e publicada postumamente em 1531 na edição de Blado.

[4] Maurício Suchowlanski, por exemplo, o diz peremptoriamente: nenhum dos grupos que disputam o poder em Florença "mostra desejo de não ser dominado, nem deseja acomodar seus interesses segundo o bem comum do *vivere libero*". Isto o leva a concluir que, "uma vez no poder, o povo exibe e exerce a mesma ambição e comportamento que havia culpado nos aristocratas". Desta maneira, continua, os eventos da revolta ciompi revelam que, "se não obstruídos pelo Estado, tanto *grandi* quanto *popolo* mostram ser portadores da arrogância que leva à tirania e ao desaparecimento da liberdade" ("Citizens, Subjects or Tyrants? The Role of the People in Machiavelli's Florentine Histories" – Artigo digital).

[5] Novamente encontramos nesta questão a posição mais categórica em Mauricio Suchowlanski: "em nenhum lugar das *Histórias* encontramos evidências que sugerem que Maquiavel atribui ao povo o papel instrumental de 'guardião da liberdade', como havia sugerido nos *Discursos sobre Tito Livio*" ("Citizens, Subjects or Tyrants? The Role of the People in Machiavelli's Florentine Histories" – Artigo digital).

[6] Para o comentador, neste mesmo trabalho, embora se diferenciem entre si em graus variados sobre o quão conservador acreditam que Maquiavel se tornou, os intérpretes concordam que os pontos de vista do florentino mudaram decididamente nesta direção. Em geral sugerem, continua McCormick, que

Esta visão mais pessimista do povo e mais laudatória dos grandes apoia-se, em geral, na interpretação de passagens dos Livros II e III de *Histórias florentinas*. Do Livro II costuma-se destacar o estabelecimento das Ordenações de Justiça e a ascensão e queda da tirania de Gualtieri de Brienne, duque de Atenas. Do Livro III costuma referir-se a Revolta *Ciompi* e, desta, dois momentos: o discurso do ciompo anônimo e a atuação de Michele di Lando. No presente estudo pretendemos analisar estas passagens dos Livros II e III de *Histórias* e examinar os argumentos costumeiramente apresentados com o objetivo de ver até que ponto, nas interpretações de *Histórias florentinas*, se trata simplesmente de uma "virada conservadora", como quer McCormick, ou se, ao invés disso, Maquiavel opera efetivamente uma mudança de perspectiva em sua avaliação do papel do povo na vida política a ponto de inviabilizar uma leitura "populista e igualitária" (ou "democrática") de *Histórias florentinas*.

Em suma, nosso propósito será o de avaliar até que ponto é sustentável a interpretação corrente segundo a qual em *Histórias florentinas* Maquiavel teria mostrado que: (a) o modo de agir do povo seria inconciliável com um comportamento de submissão à autoridade da lei; (b) a atuação do povo exibiria o mesmo desejo de comandar e oprimir que, em *O Príncipe* e *Discursos,* era apresentado como humor típico dos grandes; (c) estas transformações na atuação popular teriam comprometido o papel de "guardião da liberdade", em *Discursos* atribuído por Maquiavel ao povo.

A instituição das *Ordenações de Justiça*: quer o povo realmente *vivere secondo le leggi*?

Com a reordenação do regime de Florença, em 1282, na qual foi instituída a magistratura da *Signoria*, os "florentinos viveram tranquilos em sua cidade por algum tempo" (*Histórias* II,11)[7], escreve Maquiavel, pois foi possível conter as lutas entre os nobres e os partidos Guelfo e Gibelino. Com este ordenamento, declara Maquiavel, "ficaram acesos apenas os humores que naturalmente costumam existir em todas as cidades entre os poderosos e o

Maquiavel teria se juntado ao *establishment* político florentino em 1520, tendo sido mais ou menos cooptado pela elite da cidade, e modificado seus escritos para acomodar preferências políticas mais principescas ou mais patrícias destas elites. Consequentemente, *História de Florença* supostamente refletiria alterações na orientação política de Maquiavel havendo se tornado mais crítico do povo em vez da nobreza e mais pessimista sobre o modelo republicano romano do que havia sido em obras anteriores. Entre outros, McCormick cita os seguintes comentadores como associados a esta perspectiva: Albert Ascoli; Mark Jurdjevic; Mauricio Suchowlansky; Maurizio Viroli; Mario Martelli.

[7] Citaremos a obra *Histórias Florentinas* pela primeira palavra do título, seguido do Livro (em numeral romano) e do capítulo (em numeral arábico) correspondentes, seguindo uma tradição já firmada na área.

povo; porque, *querendo o povo viver de acordo com as leis* (*volendo il popolo vivere secondo le leggi*), e os poderosos comandá-los, não é possível que se conciliem entre si" (*cappino insieme* – *Histórias* II,12, grifos nossos)[8]. A consideração do texto nos remete claramente às passagens correspondentes de *Discursos* I,5 e de *O Príncipe* capítulo IX, nas quais os humores de grandes e povo são contrastados pela oposta motivação de uns e de outro: os grandes animados pelo desejo de comandar e o povo de viver em liberdade, ou "de acordo com as leis". A descrição demarca, pois, claramente o papel de cada humor e mostra que são os grandes que não desejam o governo da lei ao passo que o povo mostra consciência de que sua liberdade é assegurada pela lei, à qual se submete.

Esse entendimento das motivações de grandes e povo parece ser colocado em xeque na discussão de Maquiavel acerca da instituição das Ordenações de Justiça. Maquiavel descreve a criação das Ordenações como decorrência de disputas entre os nobres. Escreve Maquiavel que o desejo dos poderosos de comandar o povo "ficou oculto enquanto os gibelinos infundiam medo, mas mostrou toda sua força assim que estes foram dominados; [com isso], todos os dias algum popular era ultrajado, não bastando as leis e os magistrados para vingá-lo" (*Histórias* II,12). Para remediar isso, os chefes das corporações decidiram criar um "Gonfaloneiro da Justiça" dotado de uma força militar própria. Em virtude das divisões entre os nobres, "as Artes instituíram com facilidade essa Ordenação". Esta, porém, rapidamente se mostrou insuficiente, porque "como sempre alguns [nobres] participavam da Senhoria, com facilidade conseguiam impedir que o Gonfaloneiro cumprisse seu trabalho. [...] Desse modo, não demorou muito para que Florença voltasse às mesmas desordens e o povo continuasse a receber dos grandes as mesmas injúrias" (*Histórias* II,12).

Nesse contexto entra em cena Giano della Bella, pessoa "de estirpe nobilíssima, mas amante da liberdade da cidade" (*Histórias* II,13). Este tomou a si a tarefa de "reformar a cidade" instituindo um novo regramento que recebeu o nome de "Ordenamentos da Justiça", um conjunto de leis que tinha por objetivo impedir os nobres de infligir, por meios legais e extralegais, danos ao *popolo*. As novas ordenações promoveram três qualidades típicas da forma republicana de vida política: o governo da lei, da igualdade e da liberdade. Com essas leis, "o povo adquiriu muita reputação e Giano della Bella muito ódio" (*Histórias* II,13) e será isso que despertará a reação dos nobres. A oportunidade

[8] Aqui Maquiavel retoma quase na literalidade a posição defendida em *Discursos* (I,5-6): a contraposição dos dois humores das cidades – grandes e povo – marcada pelo desejo de uns de comandar e de outro a resistir ao comando.

para isso emerge num evento aparentemente sem importância política na sequência do processo de aprovação das ordenações quando um cidadão popular é morto numa briga com os nobres. A culpa recaiu sobre Corso Donati. Levado ao julgamento perante o Capitão do Povo, este o absolveu. Inconformado, o povo tomou em armas e apelou a Giano della Bella. Este não obrigou o povo a depor as armas e o estimulou "a procurar os Senhores para queixar-se e tomar conta do caso [...]. O povo, cheio de desprezo por parecer-lhe ter sido ofendido pelo capitão e abandonado por Giano, não procurou a Senhoria, mas foi ao palácio do Capitão, tomou-o e saqueou-o" (*Histórias* II,13). Este ato ofereceu a ocasião a que os inimigos de Giano o acusassem diante do Capitão de "sublevar o povo". O povo, por sua vez, "armou-se e correu à casa de Giano oferecendo-lhe defesa contra os Senhores e seus inimigos" (*Histórias* II,13). Giano, porém, "não quis experimentar os favores populares, nem colocar sua vida nas mãos dos magistrados, porque temia a maldade destes e a instabilidade daquele". Assim, decidiu-se por um "exílio voluntário" deixando "a cidade que, com trabalho e perigo, libertara da servidão dos poderosos" (*Histórias* II,13).

A leitura corrente destes eventos pretende ver nestes episódios sinais evidentes de que o povo, ao contrário do que Maquiavel escreve, não quer "viver de acordo com as leis". Um primeiro questionamento é: se o desejo do povo é *viver de acordo com as leis*, porque, quando Donato é absolvido pelo Capitão, se armou e não exigiu, em vez disso, o reconhecimento das leis das Ordenações de Justiça? Para Suchowlanski, por exemplo, este episódio estaria em contradição com a capacidade do povo de abraçar o governo das leis e evidenciaria, ao invés disso, a "incapacidade do povo de buscar modos legítimos de ação política (ou *vivere secondo le leggi*) e sua oposição a qualquer política de reforço da liberdade (ou *non ubbidire*)"[9]. A descrição dos episódios mostraria que não o povo, e sim os nobres, perseguiriam seus interesses pelos canais legais, pois enquanto o primeiro apela às armas, os últimos estariam apelando às vias institucionais.

Semelhante avaliação faz uma justa interpretação do texto maquiaveliano? Podemos, no mínimo, levantar algumas interrogações que lançam dúvidas. Assim, sob quais circunstâncias o povo toma em armas? O texto de Maquiavel deixa claro que a primeira alternativa foi o apelo à lei: Corso Donati foi levado diante do Capitão para julgamento. É por entender que faltou isenção neste julgamento, no qual Donati sai absolvido, que o povo

[9] SUCHOWLANSKY, "Citizens, Subjects or Tyrants?" (Artigo digital).

tomou em armas. Maquiavel não parece deixar entender que o povo as empunha para resolver a questão pela força, e sim que o povo as empunha para que a lei seja cumprida num julgamento isento. Assim, não é que o povo demonstre uma incapacidade de *vivere secondo le leggi*, como interpreta Suchowlanski, e sim se dá conta de que as leis, em vez de proteger a liberdade de todos, favorecem os interesses de alguns, mais precisamente dos nobres. O povo parece haver compreendido que os nobres se dobram à lei apenas pela força.

Além disso, a conclusão do capítulo XIV mostra que o povo não quer, pela força, destruir os nobres após o exílio de seu defensor Giano della Bella. Com efeito, tendo nobres e povo entrado em armas após a partida deste, e embora "o povo fosse muito superior em número, riqueza e ódio" do que os grandes, dispondo, portanto, de meios suficientes para oprimi-los, o povo não apenas cede em relação ao conflito armado com os nobres, como também relaxa as restrições legislativas impostas pelas Ordenações de Justiça aos nobres. Escreve Maquiavel: "ficou disposto que, para a acusação dos nobres, seriam necessárias testemunhas" (*Histórias* II,14), e não uma acusação vazia, base das "calúnias, como escreve em *Discursos* (I,8). Significa: o povo decide resolver as questões pelas vias legais, ou seja, *vivere secondo le leggi*. O apelo às armas por parte do povo resulta da obstinação dos nobres de só dobrar-se à lei diante da ameaça da força.

A instituição da tirania do duque de Atenas: consentimento popular e amor à liberdade

Nos capítulos finais do Livro II Maquiavel descreve os eventos que resultaram na tirania de Gualtieri de Brienne, duque de Atenas. Para a interpretação corrente o episódio desacreditaria a ideia de que o povo seria amante da liberdade, uma vez que foi com o apoio (ou *consentimento*) deste que o duque de Atenas se tornou tirano da cidade.

Maquiavel conta que, devido a uma desastrosa campanha militar contra Pisa, Florença acabou perdendo grande soma de dinheiro, além de territórios. Isso levou a distúrbios populares contra os responsáveis, os assim chamados *Vinte*. Temendo por sua posição política, o governo da cidade decidiu eleger Gualtieri, duque de Atenas, "primeiro como protetor e depois como capitão de seus homens de armas" (*Histórias* II, 33). Os grandes, narra Maquiavel, "acharam que chegara a hora de vingar-se, *ainda que à custa da ruína da cidade*" (*Histórias* II, 33 – grifos nossos), da influência do povo no governo da cidade e decidiram "submetê-lo [o povo] a um príncipe que, conhecendo a *virtù* de uma das partes [os grandes] e a insolência da outra [o povo], pusesse freios nesta e

recompensasse aquela". Com essa intenção, "foram várias vezes ter com ele em segredo e o convenceram a tomar a Senhoria por inteiro" (*Histórias* II, 33). As ações do duque fizeram a reputação deste aumentar à medida que o cargo dos *Vinte* decaía a ponto de "para ser príncipe, só lhe faltava o título" (*Histórias* II, 34). O duque mandou dizer aos Senhores que "julgava necessário que lhe fosse concedida livre Senhoria", pedido que os deixou muito perturbados, muito embora antes o desejassem ainda que *à custa da ruína da cidade* (*Histórias* II, 33). Uma comissão de Senhores foi ter com ele numa tentativa de dissuadi-lo por meio da palavra, mas não obtiveram êxito. Segundo o duque, sua intenção não seria a de "destruir a liberdade da cidade, mas sim devolvê-la" eliminando dela as facções que a dividia. "Os senhores então, vendo que não poderiam fazer nada melhor, acertaram que, na manhã seguinte, o povo deveria reunir-se na praça deles e, com a autoridade do povo, dar-se-ia ao duque a Senhoria por um ano" (*Histórias* II, 35). Quando a proposta sobre o senhorio temporário ao duque foi submetida ao veredito popular, "houve um grito dentre o povo 'por toda a vida!' (*a vita* – *Histórias* II, 35)", que é então repetido pela multidão reunida. Desse modo, "*con il consensus del popolo*, não por um ano, mas por toda a vida (*in perpetuo*) o duque foi eleito senhor" (*Histórias* II, 35).

Uma vez conquistada a Senhoria plena da cidade, o duque adotou uma série de medidas conformes à condição de um príncipe absoluto: destituiu os *Signori* de sua autoridade, aboliu as Ordenações de Justiça, aumentou os impostos, criou um conselho com comparsas estrangeiros. Com isso, "os cidadãos viviam cheios de indignação, vendo a majestade de seu estado arruinada, as ordenações degradadas, as leis anuladas, a vida honesta corrompida, o decoro civil extinto" (*Histórias* II, 36). Definitivamente, o duque não se mostrou capaz de executar a tarefa de unificar a cidade conforme prometido. Muito pelo contrário, suas medidas tirânicas e sua "pompa régia" contrastam com a "modéstia civil" dos *Signori,* agora demitidos (*Histórias* II, 36).

Florença, escreve Maquiavel, "acostumada que estava a fazer e a dizer todas as coisas com toda a liberdade, não podia suportar que lhe atassem as mãos e lhe calasem a boca" (*Histórias* II, 36). Assim, cidadãos de todas as condições, grandes, populares e artesãos, cada qual por suas próprias razões, "decidiram perder a vida ou recuperar a liberdade" da cidade. O embate entre o duque e o povo se resolve, após muito sangue derramado, com a renúncia e expulsão do duque. Retomada a liberdade da cidade, decidiu-se pela reordenação do governo alterando a Senhoria de sextos para quartos e aumentando os *Signori* de seis para doze, ou seja, três para cada quarto da

cidade, sendo um terço dela composta de nobres. Com esta nova composição, escreve Maquiavel, "a cidade ficaria tranquila se os grandes se contentassem em viver com a modéstia que a vida civil exige; mas era o contrário o que faziam; porque, como privados, não queriam companheiros, e nas magistraturas queriam ser senhores" (*Histórias* II, 39).

As explosões de insolência e arrogância dos grandes contra o povo fez com que este apelasse para a intermediação do bispo para que este convencesse os grandes a "contentar-se com a parte que lhes cabia nos outros cargos e a deixar unicamente ao povo a magistratura da Senhoria" (*Histórias* II, 39). Não movidos a aceitar esta concessão, os nobres se prepararam para conquistar o governo inteiro pela força o que levou povo a se mobilizar militarmente. No conflito armado que se seguiu à vitória popular sobre os grandes trouxe como resultado um reordenamento do governo da cidade entre "as três espécies de povo, o *potente, o mediocre e o basso* [...]. Além disso, foram restabelecidas todas as ordenações da justiça contra os grandes" (*Histórias* II, 42). Desse modo, os grandes, ao não contentar-se com o exercício de parte do governo da cidade, acabaram perdendo tudo como resultado de sua tentativa de tomar pela força o controle por inteiro do governo da cidade.

Também nestes eventos a interpretação corrente vê no comportamento do povo uma demonstração de sua inaptidão para a defesa da liberdade, bem ao contrário da função de "guardião da liberdade" romana conferida a ele por Maquiavel em *Discursos*. Em apoio a este entendimento, menciona-se primeiramente a atitude do *popolo* de tomar em suas mãos a decisão de escolher um duque estrangeiro como líder *vitalício* de Florença sem levar em consideração a posição contrária do governo instituído na cidade. No exemplo florentino Maquiavel evidenciaria a revisão de sua posição expressa em *Discursos* I,47, onde defendia que o povo pode enganar-se nas coisas gerais, mas não nas particulares: "Ao dar ao povo uma voz política distinta neste evento, Maquiavel sugere que ele, assim como seus pares nobres, viram na perda da *libertà* da cidade uma alternativa preferível a engajar-se em, ou fazer seu caminho através de, canais legítimos de representação política", opina Suchowlanski[10]. Outro aspecto que revelaria a inaptidão do povo para a defesa da liberdade se mostraria no fato de a instituição da tirania pelo duque haver-se dado por intermédio do *consentimento popular*, procedimento ao qual o duque apelaria para legitimar suas medidas tirânicas: "Sem dúvida, o uso de semelhante conceito por Maquiavel, com suas conotações humanistas cívicas,

[10] SUCHOWLANSKY, "Citizens, Subjects or Tyrants?" (Artigo digital).

destina-se a sublinhar a ligação entre ação popular e representação política no contexto de perda da liberdade da cidade", afirma Suchowlanski[11]. Em suma, segundo o lugar comum da interpretação destes eventos, o comportamento popular nos eventos que resultaram na ascensão do duque de Atenas, assim como nos desdobramentos posteriores à sua expulsão da cidade, não pareceria muito diferente daquele do qual os grandes são geralmente responsabilizados.

Aqui, igualmente, devemos questionar-nos se efetivamente se trata de uma transformação no tratamento que Maquiavel confere ao povo, ou se é o caso de uma leitura apressada dos textos. Assim, em relação ao argumento de que o povo teria tomado a decisão de instituir o duque de Atenas como senhor vitalício à revelia dos governantes da cidade é preciso observar que foi por decisão dos *Signori*, segundo Maquiavel, que esta questão foi levada ao veredito popular (*Histórias* II, 35). Ainda que a proposição destes tivesse sido a de conferir-lhe o Senhorio pleno temporariamente e não *in perpetuo*, a partir do momento em que a Senhoria decidiu transferir a decisão ao julgamento popular também este resultado era previsível. Assim, o povo não substituiu a autoridade constituída contra a vontade desta. Do mesmo modo, a decisão de submeter o povo ao domínio de um príncipe como Gualtieri, "ainda que à custa da ruína da cidade" (*Histórias* II, 33), escreve Maquiavel, foi dos grandes, não do povo. O povo foi convocado pelos grandes unicamente para emprestar seu *consentimento* ao projeto dos grandes. Não foi decisão do povo apelar ao duque de Atenas, e sim dos nobres. Fracassaram os nobres em sua tentativa de manipular o povo.

Podemos notar, também, que na reordenação do governo da cidade que se seguiu à expulsão do duque de Atenas há um claro interesse do povo em compartilhar as magistraturas mais altas com os nobres. Foi porque estes não se contentaram com a porção no governo da cidade que lhes foi conferida pelo povo e pretenderam governar sozinhos (*Histórias* II, 39), que acabaram excluídos por completo das altas magistraturas. Mesmo assim, o povo não fecha por completo o governo à nobreza permitindo-lhe a elegibilidade para as demais magistraturas. Em vez de se contentar com sua parte, os nobres decidiram-se a buscar por intermédio da força o controle pleno do governo da cidade. Derrotados, os nobres acabaram banidos do exercício de qualquer cargo público (*Histórias* II, 42). Novamente, se mostra aqui não tanto uma mudança no comportamento do povo no sentido de mover-se por um desejo de comandar e oprimir tal como os grandes, e sim de defesa da liberdade

[11] SUCHOWLANSKY, "Citizens, Subjects or Tyrants?" (Artigo digital).

contra o humor dos grandes de governar sozinhos. O povo deseja compartilhar o governo; quem não quer este compartilhamento, do modo como foi proposto pelo povo, são os grandes. O resultado disso, conta Maquiavel, será prejudicial à liberdade da república.

A Revolta *Ciompi* e a emergência da plebe como ator político

No Livro III das *Histórias,* Maquiavel descreve e analisa os tumultos populares dos cardadores de lã ocorridos nos meses do verão de 1378 e que ficou conhecido como "Revolta *Ciompi*". Como se trata de uma sequência de tumultos, costuma-se dividi-la em "três atos" (WINTER, 2012, p.742). O primeiro ato ocorreu em junho de 1378 em decorrência de uma luta de poder entre as elites as quais envolveram o *popolo minuto* em ondas de protestos manipulados pelos comerciantes patrícios com o objetivo de evitar a tentativa de golpe da velha nobreza. Neste primeiro ato se destaca a figura do "ciompo anônimo" e seu famoso discurso. O segundo ato ocorreu algumas semanas após e culminou no final de julho com a queda do governo florentino e a instalação de um governo popular sob a liderança do cardador de lã Michele di Lando. O terceiro ato, já nos últimos dias de agosto, é o desfecho das revoltas populares caracterizado por uma violenta repressão que culminou com o fim do governo popular e o retorno do governo oligárquico.

Primeira fase: motivações econômicas e objetivos políticos da Revolta Ciompi

Maquiavel descreve os tumultos da primeira fase da Revolta *Ciompi* na sequência de outros tumultos ocorridos um pouco antes, descritos nos capítulos IX a XI do Livro III. Maquiavel narra como alguns dos chamados "nobres populares", ligados ao partido Guelfo, persuadiram o *popolo minuto* e a *infima plebe* a saquear casas de cidadãos associados ao partido Gibelino[12]. Ao saque e incêndio das casas, seguiu-se a abertura das prisões, o saque do mosteiro de Agnoli e do convento de *Santo Spirito* (*Histórias* III,10). Mal esses tumultos foram debelados, e "conhecidos os novos Senhores, cujo Gonfaloneiro era Luigi Guicciardini" (*Histórias* III, 10), "surgiu outro tumulto, que prejudicou a república muito mais que o primeiro" (*Histórias* III, 12). A motivação deste tumulto, segundo Maquiavel, foi dupla. Primeiro, o temor nutrido pela *infima plebe* de ser punida, "depois de apaziguadas e ajustadas as

12 "Ao partido dos Guelfos pertenciam todos os antigos nobres, bem como a maioria dos mais poderosos homens do povo" enquanto os Gibelinos são retratados como "homens populares do menor tipo", escreve Maquiavel (*Histórias* III,8).

maiores desavenças, [...] e ser abandonada por aqueles que a haviam instigado às malfeitorias". Segundo, "o ódio que o *popolo minuto* nutria pelos cidadãos ricos e pelos príncipes das Artes, por lhe parecer que não era pago por seu trabalho conforme acreditava merecer por justiça" (*Histórias* III,12). No discurso do ciompo anônimo os dois motivos reaparecem, como mostraremos a seguir.

A origem da segunda fonte do tumulto, segundo Maquiavel, deveria ser remetida à organização da cidade em Artes (ou "corporações de ofício")[13]. Inicialmente, a cidade foi dividida em doze Artes, às quais foram acrescentadas outras até chegar a vinte e uma. "E como entre estas havia as mais e as menos honradas, foram elas divididas em maiores e menores: sete foram chamadas maiores e catorze menores" (*Histórias* III, 12). As maiores representavam os *grandi*, compostas de comerciantes, banqueiros e notários. As menores eram compostas de artesãos e operários habilidosos, além de sapateiros, alfaiates, trabalhadores de couro, padeiros, açougueiros (WINTER, 2012, p.740). A consequência política dessa organização econômica da cidade em corporações foi a emergência de uma elite dominante constituída pela nobreza e membros das corporações maiores. Estes nobres "arrogantes", escreve Maquiavel, "favoreciam o povo das Artes maiores e perseguiam o das Artes menores e seus defensores" (*Histórias* III, 12), entre os quais estavam os cidadãos proeminentes identificados como "Gibelinos", que eram muitas vezes "advertidos" (*ammoniti*, isto é, destituídos ou exilados) pelos adversários Guelfos.

Acontece que, "ao ordenar as corporações das Artes, muitos dos ofícios nos quais trabalhava o *popolo minuto* e a *infima plebe*, ficaram sem corporações próprias e seus membros precisaram submeter-se a outras Artes, de acordo com suas qualidades e ofícios" (*Histórias* III, 12). Entre as Artes a que tinha mais desses *sottoposti* era a da lã[14]. Assim, pelo fato de estes trabalhadores não terem a quem recorrer, senão "ao magistrado daquela Arte

[13] Segundo Winter (2012, p. 740), as corporações "surgiram no início do século XIII como associações autogovernadas para prover aos comerciantes e artesãos instituições próprias, isentas do domínio exercido pelas famílias nobres". Sucessivamente mais formalizadas como canais de representação política, "as corporações estabeleceram o controle da política florentina [...] constituindo-se numa espécie de confederação de corporações [...] e intermediárias políticas entre indivíduo e estado".

[14] Os trabalhadores da lã eram conhecidos como *ciompi*. Os *ciompi*, escreve Winter (2012, p.741), "incluíam trabalhadores qualificados e não qualificados, bem como pequenos artesãos que possuíam seus equipamentos e operavam suas próprias lojas". Ainda que exercessem atividades diferentes no processo de beneficiamento da lã, tinham seu ponto de unidade na sua posição subordinada no processo de produção, pois todos dependiam dos comerciantes. Sua condição de *sottoposti* os proibia de se inscreverem em alguma corporação, assim como de criarem a sua própria.

que os governava, lhes parecia que não era feita a justiça a que julgavam que tinham direito" (*Histórias* III, 12).

É este contexto que serve de "pano de fundo" para a Revolta *Ciompi* de 1378. Em síntese: (a) o temor da plebe de ser punida pelos saques e incêndios praticados e (b) a falta de reconhecimento político da plebe decorrente da proibição a ela imposta para inscrever-se em alguma corporação existente ou para constituir uma sua própria. "Os homens plebeus, *sottoposti* tanto à Arte da lã quanto às outras Artes, estavam cheios de indignação" por conta destes motivos, conta Maquiavel e passaram a reunir-se a noite para discutir a situação. Neste contexto, "um dos mais audazes e de maior experiência, para dar ânimo aos outros", tomou a palavra e pronunciou o discurso que, com justiça, se tornou paradigmático (*Histórias* III, 13).

O discurso do "ciompo anônimo"[15] defende basicamente três pontos: (a) a natureza igual de todos os homens, o que lhe permite reconhecer que poder e riqueza são resultado de violência e fraude; (b) a *occasione* propícia oferecida pela *fortuna* – considerando a desunião dos principais *popolani nobili*, a indefinição da Senhoria e o assombro dos magistrados – para tomar o poder da cidade; (c) a *necessità* de redimir-se dos "males" redobrando a violência anteriormente cometida. Enquanto nos tumultos anteriores à Revolta *Ciompi* as ações da plebe foram ditadas pelos *nobili popolani*, no discurso do ciompo anônimo a plebe emerge como ator político dotado de iniciativa própria.

É, pois, neste contexto do capítulo XIV, no qual Maquiavel descreve os desdobramentos das conversações noturnas dos *ciompi*, que o orador anônimo

[15] Apesar da tensão entre o que Maquiavel diz e o que coloca na boca do ciompo, que se constata na literatura interpretativa, em geral os estudiosos se inclinam para a conclusão de que o discurso do ciompo não pode ser uma expressão dos verdadeiros pontos de vista de Maquiavel. Segundo Winter (2012, p.743-745) os argumentos podem ser agrupados em duas categorias distintas: "aqueles que descartam o discurso com base em suas reivindicações e implicações normativas e aqueles que enfatizam os aspectos formais do discurso e o tratam como um dispositivo literário desconectado da insurreição ciompi". No primeiro grupo podem ser situados os leitores comprometidos com o "Maquiavel republicano". Para esta vertente interpretativa o discurso seria sintoma de um sistema político falido e a violência popular um efeito de queixas reprimidas que não encontravam saída institucional. O relato de Maquiavel teria um sentido pedagógico: instruiria o leitor de que a ausência de instituições representativas resultaria em radicalismo e violência. Para o segundo grupo, que interpreta o discurso como um exercício retórico, ler o discurso como um texto de um cardador de lã inculto para uma audiência de operários constituiria um erro de categoria. Enquanto para alguns deveria ser descartado como ornamentação extravagante e politicamente sem sentido, para outros deveria ser tratado como uma sátira que seria apenas coincidentemente relacionada com a revolta ciompi. Segundo Winter as duas vertentes compartilham um denominador comum: "neutralizar as implicações radicalmente igualitárias e democráticas do discurso do ciompo".

pronunciou seu discurso[16]. A Senhoria havia descoberto os planos dos *ciompi* discutidos nestas conversações noturnas e decidiu convocar para a manhã seguinte as dezesseis regiões portadoras de estandarte com suas companhias armadas. Na manhã seguinte, a "multidão", escreve Maquiavel, se reuniu na praça insistindo em que seus prisioneiros fossem postos em liberdade. Diante da recusa, a plebe decidiu incendiar a casa do Gonfaloneiro da Justiça, Luigi Guicciardini. Uma vez postos em liberdade, os prisioneiros se juntaram à multidão, tomaram a bandeira do Gonfaloneiro e sob sua autoridade queimaram as casas dos cidadãos que os haviam ofendido, queimaram os registros da corporação da lã e elevaram à categoria de cavaleiro cidadãos que consideravam simpáticos à sua causa. Ao final do dia exigiram que as corporações entregassem seus estandartes e sob estas bandeiras marcharam sobre o palácio do *Podestà* na manhã seguinte tomando-o pela força. Lá os líderes da plebe realizaram uma reunião com os representantes das corporações e lhes apresentaram suas exigências. A petição tinha os seguintes pontos principais: que a Arte da lã não tivesse juiz estrangeiro; que fossem criadas três novas corporações de ofício para incluir os cardadores de lã e o *popolo minuto*; que para estas Artes tivesse dois Senhores e para as Artes menores três; que a Senhoria provesse casas para as novas Artes realizar suas reuniões; que nenhum subordinado às novas Artes fosse obrigado a pagar dívidas superiores a 50 ducados nos dois anos seguintes; que *il Monte* não cobrasse juros, mas só o principal das dívidas; que os presos e condenados fossem absolvidos; que os *ammoniti* fossem reintegrados aos seus cargos (*Histórias* III, 15). Maquiavel registra a resposta do governo da cidade do seguinte modo: "Estas exigências, embora graves e desonrosas à república, por temer o pior, foram imediatamente acatadas pelos Senhores, os Conselhos e o Conselho do povo" (*Histórias* III, 15). Maquiavel conclui seu relato sobre os acontecimentos afirmando: "Uma vez que parecia, no momento, que as Artes estavam contentes e a plebe satisfeita, esta prometeu que os tumultos cessariam tão logo as novas leis fossem aprovadas" (*Histórias* III, 15). Na manhã seguinte a multidão voltou à praça sob os estandartes e aos gritos exigiu a aprovação das medidas, o que finalmente acabou se confirmando. Este evento conclui a primeira etapa da Revolta *Ciompi* ao mesmo tempo que dá início à segunda, agora liderada por Michele di Lando, a qual examinaremos logo adiante.

Qual juízo avaliativo podemos fazer do comportamento da plebe nestes

[16] Dada a limitação de espaço, fica-nos impossível transcrever e comentar passo a passo o discurso.

episódios? A convocação do ciompo anônimo para que a plebe esmagasse e oprimisse seus senhores indicaria que ela é motivada pelos mesmos desejos de dominação dos *grandi*? O apelo do ciompo anônimo de submeter os nobres sugeriria que são "*grandi* em espera" que pretendem unicamente inverter as relações de dominação em vez de transformá-las? Teriam os grandes se comportado com a passividade atribuída ao povo nas outras obras de Maquiavel? Em outras palavras, a revolta ciompi teria revelado uma inversão de comportamento de grandes e povo: os primeiros teriam se comportado passivamente ao passo que o povo de modo ativo?

Uma questão inicial é, certamente, examinar o objetivo do apelo à violência e fraude pregados pelo ciompo anônimo. O discurso é uma clara convocação à plebe para desprender-se da ideia de que as hierarquias sociais têm bases naturais. Para tanto, pondera Winter (2012, p.749), "o primeiro passo na luta emancipatória dos plebeus é descolonizar suas mentes, perder seus medos e libertar-se das dores de consciência que impedem sua ação e que os tornam cúmplices em sua própria sujeição". O orador parece mais empenhado em tratar dos medos de seus ouvintes do que com o governo sobre as elites.

O desfecho da primeira onda da Revolta *Ciompi* mostra que a plebe poderia governar a cidade sozinha, em conformidade com o apelo do orador ciompo, se o quisesse. Examinando, porém, suas reivindicações, percebe-se que ela não quer *occupare la republica* e tornar-se *principi della città*, e sim ter o reconhecimento institucional na estrutura de poder da cidade. Com efeito, permanece inalterado o número de assentos das Artes maiores, aumentam de dois para três os assentos das Artes menores e a plebe reivindica dois assentos para as novas Artes representativas de seus interesses. Com isso os revoltosos sinalizam que não pretendem suprimir a predominância política das Artes maiores e menores, como propõe no discurso o orador anônimo. A invés disso, aquilo que a plebe exige a mantém claramente numa posição subordinada no governo.

Em suma, as ações da plebe revelam que ela não pretende ser considerada um ator capaz de ação unicamente pela mediação dos grandes, muito menos como uma força dotada de uma passiva submissão ao comando destes, como a literatura secundária costuma interpretar. Ao invés disso, Maquiavel revela tratar-se de um ator capaz de iniciativa própria e consciência clara de seus objetivos: as reformas instituídas ao termo desta etapa da Revolta *Ciompi* são resultado da iniciativa direta da plebe. A análise de suas reivindicações mostra igualmente que a tese da inversão dos humores não encontra suficiente amparo textual na obra de Maquiavel. A plebe não é "*grandi*

em espera". Ela não é movida pelos mesmos desejos dos grandes: ela não quer oprimir e comandar; quer tão somente compartilhar o governo da cidade com os grandes. O argumento do ciompo anônimo, de que "os homens foram feitos todos de um mesmo modo pela natureza" (*Histórias* III, 13) não deve ser lido pela chave da "igualdade de humores". Parece mais apropriado interpretá-lo por outra chave, qual seja, do objetivo retórico do discurso: o orador procura persuadir seus ouvintes plebeus da necessidade de expor e romper as ilusões e aparências que mascaram a violência, a qual assegura a ordem sócio-política excludente[17].

Segunda fase: Michele di Lando e o nascimento da república popular em Florença

As pretensões mais claramente políticas, no sentido de reconhecimento do lugar da plebe na ordem da cidade alcançadas pela criação de Artes próprias e pela concessão de assentos na Senhoria, aparecem já ao término da primeira fase da revolta, como procuramos evidenciar, mas ficam sobremodo evidentes quando entra em cena a figura de Michele di Lando, momento que se costuma indicar como início da segunda fase da Revolta *Ciompi* e a cuja análise nos dedicaremos a partir de agora. O capítulo XV encerra com a narrativa de Maquiavel de que o "Gonfaloneiro, preferindo terminar seu mandato com vergonha a terminá-lo com perigo", decidiu-se a abandonar o Palácio, no que foi seguido pelos demais Senhores. E conclui: "o Palácio ficou nas mãos da plebe e dos Oito da Guerra, que ainda não haviam terminado a sua magistratura" (*Histórias* III, 15).

Quando a plebe entra no Palácio, quem carrega estandarte de Gonfaloneiro da Justiça é Michele di Lando, um cardador de lã como os demais *ciompi*. Este, quando chega à sala de audiências, volta-se para a multidão e pergunta: "vejam, este Palácio é vosso, e esta cidade está nas vossas mãos. Que vos parece que se deva fazer agora?" (*Histórias* III, 16). A esta interrogação, escreve Maquiavel, "todos responderam que o queriam como Gonfaloneiro e Senhor, e que governasse a eles e à cidade como lhe parecesse

[17] Para grande parte da literatura secundária o discurso do ciompo anônimo deixaria evidenciado que o poder não é alcançado pelos *onori*, mas pela posse da riqueza, a *roba*: quem possui a riqueza, controla o poder. Esta teria sido a descoberta que o ciompo teria elucidado aos seus ouvintes. Em outros termos, por trás da Revolta Ciompi estaria a pretensão da emancipação econômica, e seria esta, por sua vez, a motivação da plebe nas lutas. Sérgio Cardoso (2018, p.139) discorda desta interpretação: "Impossível reduzir as motivações do ciompi a um horizonte fundamentalmente econômico, como querem muitos comentadores. A reivindicação econômica está certamente lá, mas a narrativa maquiaveliana traz o foco da revolta e de suas aspirações para um plano eminentemente político".

melhor" (*Histórias* III, 16), encargo que Michele aceitou tornando-se o primeiro Gonfaloneiro da Justiça da incipiente república popular.

Uma vez no cargo, Michele "decidiu apaziguar a cidade e por fim aos tumultos" (*Histórias* III, 16) colocando em movimento um conjunto de medidas, a começar pela ordem de prisão ao chefe da prisão Bargello, *ser* Nuto, responsável pelo encarceramento de muitos *ciompi* após os primeiros dias do tumulto. Se esta medida atendia ao desejo de vingança da multidão, Michele tomou outra pela qual sinalizava que não toleraria mais qualquer licença ou desobediência de quem quer que fosse, inclusive de seus companheiros *ciompi*, ao fazer erguer uma forca na praça. Na sequência, Michele implantou uma série de reformas, que dariam origem à primeira "república popular" de Florença: "destituiu os representantes das Artes e nomeou outros, privou do mandato os Senhores e o Colégio; queimou as bolsas do escrutínio do último governo" (*Histórias* III, 16. Em seguida convocou os representantes das Artes e deu início à nova organização governamental: reconstituiu a Senhoria composta agora "de quatro membros da *plebe minuta*, dois das Artes maiores e dois das Artes menores. Além disso, fez novo escrutínio e dividiu o estado em três partes: uma das Artes novas, outra das Artes menores, a terceira das Artes as maiores" (*História* III, 16).

Como podemos notar, este novo arranjo constitucional dobra o número de assentos da plebe na Senhoria em relação ao que ela própria havia reivindicado ao tomar o Palácio. Por ocasião da invasão, a plebe havia exigido – e obtido – dois assentos e Michele agora lhe concedeu quatro. No entanto, na sequência, Michele adotou medidas que acabarão por minar sua reputação e autoridade frente à plebe: concedeu a Silvestre de' Medici os rendimentos das lojas ao longo da *Ponte Vecchio,* concedeu a si mesmo o cargo de *Podestà* de Empoli e "a muitos outros cidadãos amigos da plebe concedeu benefícios, não tanto para recompensá-los por seus trabalhos, quanto para que a qualquer momento o defendessem da inveja" (*Histórias* III, 16).

Como podemos notar, Michele adotou o imprudente "caminho do meio", tão criticado por Maquiavel tanto em *O Príncipe* quanto nos *Discursos*, ao aplicar medidas do agrado, por um lado da plebe e, de outro, da nobreza popular. Com efeito, Michele agrada a plebe ao dar-lhe autoridade formal – pela criação de Artes específicas e assentos na Senhoria – o que desperta a ira da nobreza popular; para aplacar a ira desta, concede aos *grandi* extensos benefícios econômicos (sem falar da inexplicável autoconcessão da podestade de Empoli), o que compromete sua relação com a plebe. Em suma, as medidas implantadas por Michele apontam para a ideia de que seria preciso *neutralizar os conflitos* para reordenar a cidade. Michele aposta numa ideia equivocada de

política: de que esta poderia ser regida pelo princípio da harmonia e concórdia. Este parece o sentido que orienta a concessão de benefícios ao mesmo tempo para nobres e plebe. Maquiavel mostrará o equívoco desta compreensão: o conflito não se deixa neutralizar, pois os desejos das partes são insaciáveis. Michele não compreendeu que não há composição possível entre as partes antagônicas capaz de neutralizar o conflito e que a única maneira de tornar Florença uma república forte e poderosa é contar com o conflito como seu princípio vital. Em vez de distribuir agrados, deveria ter se empenhado na criação de mecanismos legais por meio dos quais os efeitos negativos dos humores das partes pudessem ser regulados e canalizados "para dentro" dos ordenamentos da cidade.

A plebe, escreve Maquiavel, preocupada com o partidarismo excessivo de Michele em favor dos *maggiori popolani*, passou a temer que não possuía no governo "tanta participação quanto era necessário para nele se manter e poder defender-se" (*Histórias* III, 17). Michele, perturbado pela "arrogância" da plebe, insiste em que esta deponha as armas, "pois assim lhe seria concedido aquilo que pela força não podia ser concedido com dignidade pela Senhoria" (*Histórias* III, 17). Em resposta, a plebe deixa o Palácio e se retira para Santa Maria Novella, "onde ordenou em seu próprio meio oito chefes, com ministros e outras ordenações, que lhes conferiram reputação e reverência: de tal modo que a cidade tinha duas sedes e era governada por dois diferentes príncipes" (*Histórias* III, 17).

Há uma notória semelhança aqui com a secessão da plebe romana louvada por Maquiavel em *Discursos* (I, 3-4) quando esta se retirou ao Monte Avetino, do que resultou a criação dos tribunos da plebe, instituição que tornou "a constituição romana mais perfeita". A plebe florentina, de modo semelhante à romana, se retira do espaço público do poder e estabelece sua própria instituição com autoridade de veto sobre o funcionamento do governo: "deliberaram entre si que, no Palácio, com os Senhores, deveria haver sempre oito, eleitos pelas corporações das suas Artes, e que tudo o que fosse deliberado pela Senhoria devia ser por eles confirmado" (*Histórias* III, 17). Para validar suas propostas, enviaram dois representantes à Senhoria "pedindo que [as propostas] fossem confirmadas pelos Conselhos, com o propósito de obtê-las pela força, caso não as obtivessem por acordo" (*Histórias* III, 17). Michele, em vez de reafirmar seu compromisso com os *ciompi* aceitando a proposta de reforma plebeia e permitindo-lhe o poder de veto tribunício sobre as decisões da Senhoria, preferiu recorrer à violência física: "primeiro, os feriu gravemente, e depois ordenou que fossem amarrados e presos" (*Histórias* III, 17). No conflito armado que se seguiu, Michele pessoalmente comandou seus homens

atacando e derrotando a plebe "expulsando uma parte dela da cidade e obrigando a outra a depor as armas e a esconder-se" (*Histórias* III, 17). Conclui-se com isso a segunda onda da Revolta *Ciompi*.

Terceira fase: a morte da república popular em Florença e o retorno do governo oligárquico

A terceira fase da Revolta *Ciompi* tem início após a derrota militar – e também cívica, como se verá – da plebe imposta por Michele. Este evento levou "os melhores artífices a emendar-se e a pensar na humilhação daqueles que, depois de haverem domado a soberba dos grandes, precisaram aguentar o fedor da plebe" (*Histórias* III, 17). À derrota militar da plebe seguiu-se a eleição da nova Senhoria, que excluiu os representantes plebeus e colocou em seu lugar nobres populares. Além disso, "anularam a Arte do *popolo minuto*" e excluíram da elegibilidade ao cargo todos os membros plebeus. Em seguida, dividiram as magistraturas em duas partes "consignando uma às Artes Maiores e a outra às Artes Menores" (*Histórias* III, 18) de modo que a Senhoria seria composta de quatro membros das primeiras e cinco das últimas. A plebe, a quem Michele havia concedido direitos políticos pela primeira vez na história da república, é excluída completamente do governo de Florença: "esse Estado assim ordenado trouxe tranquilidade à cidade e, embora a república tivesse sido tirada das mãos da *plebe minuta*, os artífices de menor qualidade ficaram mais poderosos que os *nobili popolani*" (*História* III, 18). Michele de Lando, líder da Revolta *Ciompi* e Gonfaloneiro da "república popular", não aparece mais como exercendo um papel relevante. No relato de Maquiavel ele reaparecerá apenas no capítulo XXII, quando menciona o exílio de Michele em decorrência do retorno do estado oligárquico controlado pela *parte de'popolani nobili e de'guelfi*.

A liderança do novo governo ficará com a facção dos *popolani* que havia se associado ao *popolo minuto* contra a tirania dos capitães guelfos e havia também aderido à nova ordem instaurada pela plebe. Reaparece, assim, o conflito entre facções, visto que se confrontam como *seitas*: de um lado, a *parte popolare* (que reúne a *parte de'popolani nobili e de'guelfi*) e, de outro, a *parte plebea* (do *popolani* associado ao *popolo minuto* – *Histórias* III, 18). Com isso, Giorgio Scali, Benedetto Alberti, Tommazo Strozzi, Salvestro de' Medici, designados chefes da *parte plebea*, se tornaram "praticamente príncipes da cidade" (*Histórias* III, 18). Por três anos (de 1378 a 1381) esta *parte plebea* dominou a cidade de forma "violenta e tirânica" escreve Maquiavel: "foram anos cheios de exílios e mortes [...] de tantos descontentes de dentro e fora da cidade" (*Histórias* III, 18). Depois de muitas perturbações, como mostra a sequência do livro III

(capítulos XVIII-XXI), a *parte plebea* perdeu o controle do governo para sua adversária, a *parte de'popolani nobili e de'guelfi*, chamada agora *parte popolare* (por oposição à *parte plebea*). Com a volta deste grupo ao poder, em 1381, são restituídos os cargos ao partido Guelfo, diminuída a participação das Artes menores de metade para um terço e extintas as Artes novas remanescentes, voltando os plebeus à posição de *sottoposti* das outras Artes. "Assim – conclui Maquiavel – a *parte de'popolani nobili e de'guelfi* reassumiu o estado e a *parte plebea* o perdeu, do qual fora príncipe de 1378 a 1381" (*Histórias* III, 21).

Em um breve juízo avaliativo, o que podemos dizer acerca do papel do povo – mais precisamente do *popolo minuto* e da *plebe* – nos eventos finais da Revolta *Ciompi*? Para começar, faz Michele jus aos louvores de Maquiavel acerca de suas qualidades? Maquiavel, como podemos ler nos capítulos 16 a 18 do Livro III, apresenta Michele como "homem sagaz e prudente" (*Histórias* III, 16), que "em ânimo, prudência e bondade, superou naquele tempo qualquer outro cidadão, merecendo ser contado entre os poucos que beneficiaram sua pátria", pois a "bondade nunca lhe consentiu pensamento contrário ao bem de todos" (*Histórias* III, 17). Michele, na narrativa de Maquiavel, foi responsável pela reforma do governo de Florença, que permitiu à plebe o reconhecimento de direitos políticos na república pela primeira vez na história. Contudo, o mesmo texto também mostra que foi pelo esmagamento militar da plebe, executado pelo próprio Michele, que as novas ordens institucionais por ele criadas foram demolidas, os *ciompi* destituídos de seus direitos e a república popular substituída pela república de corporações. Ainda que o texto de Maquiavel não autorize afirmar que Michele foi cúmplice da derrocada plebeia, ele claramente não fez nada para impedi-la. Antes ao contrário.

Desde o primeiro momento como Gonfaloneiro Maquiavel conta como Michele adota uma perigosa "via do meio" ao implantar políticas do agrado a plebeus e outras que beneficiam a nobreza popular. Quando a plebe manifesta sua preocupação com a extensão do poder concedido por Michele à nobreza popular, ele parece escolher o lado oposto ao da plebe: exige a deposição das armas e, depois, investe militarmente contra ela até esmagá-la por completo. Sem o apoio da plebe o poder de Michele evapora. Ele é relegado à irrelevância. A destruição da força da plebe abre espaço para nova reforma no governo da cidade, na qual Michele não terá qualquer espaço.

Se Michele agiu em conluio com o *popolani nobile* na destruição militar e cívica da plebe, o texto de Maquiavel não fornece informações suficientes para um juízo definitivo. Contudo, fica claro que Michele adota a mesma estratégia equivocada em relação aos nobres que Maquiavel criticará em Soderini por ocasião da queda da república popular em 1512. Ali Maquiavel critica a

Soderini por pensar que, "com bondade, fortuna e benefícios, extinguiria a inveja". Soderini não havia entendido que "a bondade não basta, que a fortuna varia, e a maldade não se aplaca com prêmios" (*Discursos* III, 30).

Michele parece acreditar nos mesmos princípios equivocados que levarão Soderini e a república de Florença à ruína. Também Michele distribui benefícios aos grandes "não para recomensá-los por seus trabalhos, mas para que a qualquer momento o defendessem da inveja" (*Histórias*, III, 16). Michele, que segundo a letra de Maquiavel, "superou em ânimo, prudência e bondade, naquele tempo, qualquer outro cidadão" (*Histórias* III, 17), não entendeu que a inveja não pode ser aplacada pela bondade, nem os "prêmios" saciar os apetites. Em suma, mesmo que Michele não tenha sido cúmplice do *popolani nobile*, foi inepto na condução política por não compreender que sua força não estava nele mesmo, e sim no apoio da plebe. Seu poder e influência políticas evaporaram junto com a derrota da plebe.

Breves considerações conclusivas

Considerando o modo de agir do *popolo minuto* e da *plebe* nas diferentes fases da *Revolta Ciompi* qual avaliação pode ser feita? Ficaria realmente evidenciada a mudança de *humor* de *popolo* e *plebe* assumindo o mesmo desejo de comandar e oprimir que, segundo Maquiavel, caracterizam os *grandi*? As divisões políticas que marcaram a história de Florença teriam realmente mostrado que a diferença entre o humor popular e o dos grandes é determinado unicamente pela oportunidade que dá a uns a possibilidade de governar enquanto subordina os outros à condição de governados? E que, quando *popolo* e *plebe* têm a oportunidade de exercer o governo, se comportam com o mesmo humor dos grandes, de oprimir e comandar?

Se considerarmos a literatura secundária sobre esta questão, o lugar comum é o entendimento de que teria havido sim uma inversão do humor popular, de modo que os desejos de grandes e povo se confundiriam. A plebe, do mesmo modo como os grandes costumam fazer, teria se deixado levar pelo desejo de governar sozinha, pelo desejo de não compartilhar o governo da cidade com os grandes[18]. Semelhante posição – com suas múltiplas variações

[18] Para ilustrar esta perspectiva de análise, segue um rápido panorama. Para Bonadeo (1970, p.368), por exemplo, "povo e grandi tornam-se objeto comum de condenação: os primeiros aparecem a Maquiavel como 'promotores de licença', os últimos como 'promotores da escravidão', e ambas as classes como não dispostas 'a submeter-se, quer às leis ou aos homens'". De acordo com Cabrini (1990, p.96), as ações dos ciompi não "dizem respeito à criação de uma 'nova ordem', ou à 'correção' da atual, mas virar de cabeça para baixo o 'sistema' para sua própria vantagem [...]". G. Bock (1990, p.195), por sua vez, argumenta que o discurso do ciompo evidencia que "os rebeldes não só querem participar no

internas –, predominante nos estudos sobre a obra de Maquiavel após 1520, é realmente conforme à letra do texto maquiaveliano? Nossa interrogação se dirige particularmente ao comportamento popular nos dois últimos momentos da Revolta *Ciompi*, mas poderia perfeitamente estender-se ao comportamento popular na primeira fase da Revolta e ao restante da obra. Tentaremos levantar alguns questionamentos com o propósito de, ao menos, problematizar o entendimento corrente na literatura interpretativa.

A descrição das reformas introduzidas por Michele di Lando deixa clara a posição política ocupada pela plebe na nova organização governamental. Às Artes novas, que representam os interesses dos cardadores de lã – *plebe* e *popolo minuto* – são concedidos quatro assentos na Senhoria (muito embora tivessem reivindicado apenas dois) e outros dois assentos para cada uma das Artes maiores e menores. *Plebe* e *popolo minuto* claramente *compartilham* o governo da cidade com os grandes, muito embora reunissem, naquela conjuntura, condições para exercerem sozinhos o poder, se o desejassem. Confirma-se, pois, que a plebe *não* quer governar sozinha, mesmo quando pode. Cria um ordenamento institucional no qual o poder político do governo da cidade permanece compartilhado com os grandes[19]. A decisão de criar uma instituição – semelhante à dos Tribunos da plebe da Roma republicana – com poder de veto sobre as decisões da Senhoria decorre da ambígua relação de Michele com sua base de apoio – a plebe – e a demonstração de falta de controle por parte

governo e na riqueza, mas excluir seus inimigos dele", e que "os rebeldes também sistematicamente perseguiam uma política de divisão". Para Suchowlanski, "uma vez no poder, o povo exibe e exerce a mesma ambição e comportamento que havia culpado nos aristocratas". Desta maneira, os eventos da Revolta Ciompi revelariam que, "se não obstruídos pelo Estado, tanto grandi quanto popolo mostram serem portadores da arrogância que leva à tirania e ao desaparecimento da liberdade" ("Between Citizen & Subject: Placing the People in Machiavelli's Political Imagination" – Artigo digital).

[19] Neste ponto nos afastamos do entendimento de Sérgio Cardoso (2018, p. 152), para quem "[...] o desejo da plebe de controlar inteiramente o governo não tem apenas um caráter opositivo e defensivo, negativo; ele certamente ganha estatuto e eficácia verdadeiramente políticos por sua pretensão, positiva e afirmativa, de representar o universale, de encarnar os interesses do 'povo florentino'. A plebe, o grande número, pretende ser o povo, confunde-se com o todo; assume-se, de fato, como 'classe universal' e, assim, como sujeito encarnado da enunciação do Direito e da Lei; não se vê como uma classe, historicamente determinada, portadora da enunciação de direitos". Em nosso entendimento, não se configura essa identificação entre *plebe* e a totalidade política, de uma *plebe* que se compreenderia "representar o *universale*", como pensa Cardoso. Como procuramos mostrar, a plebe *até* poderia comportar-se do modo como interpreta Cardoso, exercendo sozinha o governo da cidade em determinado momento da revolta, *mas não o faz*. Sua reivindicação é de compartilhar o governo da cidade com as demais Artes, não de exercê-lo solitariamente. Em relação a esta questão a posição de Winter (2012, p.757) está mais próxima do nosso entendimento: "Em nenhum momento do discurso, o *popolo minuto* se constitui como universal e faz a reivindicação de representar o povo como um todo. Em nenhum momento é resolvido o conflito entre *popolani* e *plebe*, nem o orador dá indícios de que tal resolução possa estar no horizonte da ação política emancipatória".

dele em relação ao avanço do *popolani nobile* sobre o governo da cidade.

Os grandes sim, depois da derrota militar da plebe, quando reorganizam a estrutura de poder da cidade, se decidem por compor a Senhoria unicamente com membros das Artes maiores e menores, excluindo por completo a plebe do governo. As Artes novas, que representavam os interesses da *plebe* e *popolo minuto*, são extintas, retornando seus membros, os cardadores de lã, à condição de *sottoposti,* precisamente aquela existente antes da Revolta Ciompi. Os grandes, quando podem, governam sozinhos; não tomam a iniciativa de compartilhar o poder. O compartilhamento do poder, quando acontece, é sempre resultado da iniciativa da plebe. Esta parece a síntese mais precisa do comportamento político de grandes e *plebe* e *popolo minuto* que decorre dos capítulos examinados de *História de Florença*.

Parece-nos, pois, que não se configura uma "inversão de humor" nos diferentes momentos que marcaram a Revolta *Ciompi*[20]. O povo – mais precisamente o *popolo minuto* e a *plebe* – permanece orientado pelo humor de "não querer ser comandado, nem oprimido pelos grandes". Quando alcançam o reconhecimento político, criam uma estrutura de poder que compartilha o governo da cidade de modo a assegurar que seu humor, qual seja, de não ser comandado nem oprimido, possa ser satisfeito. Fica claro, igualmente, que os grandes também não mudam de humor: quando podem, criam uma estrutura de poder que lhes assegure a condição de governar sozinhos[21].

Em suma, a leitura dos eventos da Revolta Ciompi descritos por Maquiavel em *História de Florença* deixa patente que o objetivo de *plebe* e *popolo minuto* é alcançar reconhecimento político, reconhecimento esse que passa, necessariamente, pela participação na estrutura de governo da cidade e pela criação de uma corporação de ofício (uma Arte) que os emancipe da condição de *sottoposti* de outras Artes. Em uma estrutura na qual a produção econômica é regulada por corporações de ofício, o processo se inicia pela reivindicação da

[20] É sobre esse ponto que insiste, particularmente, McCormick (*Machiavelli, Popular Resistance and the Curious Case of the Ciompi Revolt* – artigo digital). Pela descrição da Revolta Ciompi, escreve, Maquiavel mostra "que os humores característicos tanto de plebeus quanto das elites romanas e florentinas são fundamentalmente os mesmos; são principalmente os modos institucionais e ordens através dos quais se canalizam e se diferenciam de qualquer modo substantivo".

[21] Sérgio Cardoso (2018, p. 152), salvo melhor juízo, em certo sentido corrobora esta interpretação (com a qual, obviamente, estamos de acordo) quando escreve: "Os *ciompi*, efetivamente, afirmam o direito de todos à participação política, diante dos 'grandes', que sustentam sua exclusão. Deste modo, não é difícil compreender que ao conseguirem fazer valer o princípio republicano da universalidade da cidadania pretendam recusar aos oponentes da realização deste princípio (aos seus opressores) qualquer poder, e também, portanto, que se vejam como os representantes do universal e potência encarnada, substantivada, de negação de toda opressão".

criação de um Arte própria para aquela parcela da população de Florença à qual está negado o direito de inscrição nas corporações existentes. Em outras palavras, *plebe* e *popolo minuto* mostram-se conscientes da determinação do econômico no político: o único modo de alcançar reconhecimento político – cidadania, para dizê-lo em termos atuais, ainda que anacrônico em relação à época – passa pela criação de uma Arte própria. *Plebe* e *popolo minuto* compreendem que o acesso ao governo da cidade passa pela emancipação da condição de *sottoposti* de outras Artes. A vitória dos *ciompi* na revolta de junho de 1378 permite ao *popolo minuto* e à *plebe* obterem a criação de Artes próprias para os trabalhadores que atuam nos diferentes ofícios do processo de beneficiamento da lã e, com isso, acesso à estrutura de poder do governo da cidade. A sequência dos acontecimentos nos meses seguintes é tão somente a confirmação daquilo que move o desejo desta "parte": assentos no órgão supremo do governo da cidade, a Senhoria, por meio dos quais pudessem, compartilhar o governo, neutralizar o melhor possível o apetite de opressão dos grandes e dar vazão aos humores próprios sem precisar recorrer à violência[22].

Referências

BOCK, G. "Civil discord in Machiavelli's Istorie Fiorentine". In: BOCK, G.; SKINNER, Q. e VIROLI, M. *Machiavelli and Republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 181-200.

BONADEO, A. "The role of the people in the works and times of Machiavelli". In: *Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance*, t. 32, n. 2 (1970), p. 351-377.

[22] McCormick (*Machiavelli, Popular Resistance and the Curious Case of the Ciompi Revolt* – artigo digital) chama a atenção para a necessidade de atentar para a distinção, em *História de Florença*, entre os juízos avaliativos sobre o comportamento da plebe e as ações propriamente ditas levadas a efeito por ela. Nas palavras do comentador, para a diferença entre "adjetivos" e "verbos": "É necessário e esclarecedor ler tais episódios das *Histórias* com o objetivo de avaliar o grau em que os juízos de valor de Maquiavel acerca da resistência política resultam compatíveis com as circunstâncias políticas que ele descreve: isto é, para colocá-lo um pouco cruamente, vale a pena perguntar se os adjetivos de Maquiavel coincidem com seus verbos quando discute o comportamento tumultuoso da plebe florentina. Minha intuição é de que a maioria dos juízos avaliativos de Maquiavel acerca das elites e da plebe expressos nas *Histórias* são constantemente desmentidos por suas descrições reais – isto é, a verdade efetiva – do comportamento de cada grupo. Sugiro que, em quase todos os pontos em que Maquiavel critica explicitamente a plebe nas *Histórias*, coloca o material dentro dos detalhes dos eventos e ações que descreve, o que atenua seriamente essas críticas, especialmente quando julgado pelos padrões que estabeleceu em *O Príncipe* e *Discursos*.

CABRINI, A. M. *Interpretazione e stile in Machiavelli*: Il libro terzo delle Istorie. Rome: Bulzoni, 1990.

CARDOSO, S. "Maquiavel: lições das Histórias Florentinas". In: *Discurso*, v. 48, n. 1 (2018), p. 121-154.

DI MARIA, S. "Machiavelli's Ironic View of History: The Istorie Fiorentine". In: *Renaissance Quarterly*, v. 45, n. 2, p. 248-270.

MACHIAVELLI, N. *Discorsi sopra la prima Deca di Tito Livio*. A cura di Mario Martelli. Firenze: Sansoni, 1971.

_____. *Istorie fiorentine*. Tutte le opere. Sansoni editore, 1971.

MAQUIAVEL, N. *História de Florença*. Tradução MF. São Paulo, 2007.

McCORMICK, J. P. "Faulty Foundlings and Failed Reformers in Machiavelli's Florentine Histories". Disponível em: https://www.academia.edu/26640841/Faulty_Foundings_and_Failed_Reformers_in_Machiavellis_Florentine_Histories_APSR_forthcoming. Acesso em 27/04/2018.

_____. *Machiavelli, Popular Resistance and the Curious Case of the Ciompi Revolt*. Disponível em: https://www.academia.edu/25871832/Machiavelli_Popular_Resistance_and_the_Curious_Case_of_the_Ciompi_Revolt. Acesso em 27/04/2018.

_____. "Machiavelli, Popular Resistance and the Curious Case of the Ciompi Revolt". Disponível em https://www.academia.edu/25871832/Machiavelli_Popular_Resistance_and_the_Curious_Case_of_the_Ciompi_Revolt. Acesso em 27/04/2018.

_____. "On the Myth of a Conservative Turn in Machiavelli's Florentine Histories". In: JOHNSTON, D.; URBINATI, N.; VERGARA, C. *Machiavelli on Liberty and conflict*. Chicago/London: University of Chicago Press, 2017, p. 330-351.

NAJEMY, J. "Machiavelli and the Medici: The Lessons of Florentine History". In: *Renaissance Quarterly*, v. 35, n. 4, p. 551-576.

SUCHOWLANSKY, M. "Citizens, Subjects or Tyrants? The Role of the People in Machiavelli's Florentine Histories". Disponível em http://asu.academia.edu/MauricioSuchowlansky.

_____. "Between Citizen & Subject: Placing the People in Machiavelli's Political Imagination". Disponível em:

http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2314496. Acesso em 31/08/2016

WINTER, Y. "Plebeian Politics: Machiavelli and the Ciompi Uprising". In: *Political Theory*, Vol. 40, n. 6 (December 2012), p. 736-766.

E-mail: jluizames@gmail.com
Recebido: Maio/2018
Aprovado: Outubro/2019